

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CEDD/GO, realizada em (28-05-2025), aos 28 dias do mês de maio de 2025, as (14:28), quatorze horas e vinte e oito minutos, inicia a reunião no formato presencial na sala de reunião da Associação dos Surdos de Goiânia; Rua 801, chácara VI, Vila Osvaldo Rosa, Goiânia-GO. O Presidente do CEDD/GO declarou aberta a sessão da 17ª reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEDD/GO. Após atingir o quórum necessário, o presidente iniciou os trabalhos. Os trabalhos da mesa diretiva foram secretariados pelos seguintes servidores do CEDD/GO: 1. Jesuíta Socorro Silva, 2. Maurício Marinho de Jesus. Ordem do dia. I. Abertura e Verificação do quórum; II. Comunicação da Presidência; III. Ordem do dia: a) Aprovação da Ata da 16ª reunião ordinária do CEDD/GO, ocorrida em 30 de abril de 2025, b) Fala do representante da Associação dos Surdos, trazendo informações sobre os atendimentos ofertados na entidade; c) Fala da Presidente Luciana Prudente de Carvalho Vieira da COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CDPCD) da OAB-GO, trazendo informações sobre sua função e competência; IV. Expediente e comunicação dos presentes; V. Encerramento; Conselheiros presentes: 1. Presidente Audier Silva Gomes – Representante da Política Estadual de Turismo – GoiásTurismo; 2. Vice-Presidente Eliezer Rangel Cordeiro – Representante das Entidades não Governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – AGIR/TEA; 3. Elizabeth Mendes Ramos Lopes – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG; 4. Berlânia Sandra Gonçalves – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO; 5. Aldenor Carneiro dos Santos – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG; 6. Lourdes Aparecida da Silva – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – FEAPAES; 7. Roger Danillo Barcellos Santos Medeiros – Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/GO; 8. Rondinelio da Costa Silverio – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB-GO; 9. Camila Inácia da Mata Marques – Representante da Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / SEMAD-GO; 10. Patrícia Gomes Fleuri Cunha – Representante da Política Estadual de Desenvolvimento e Inovação/SECTI (SEDI-GO); 11. Dionizio de Souza Leite Filho – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG; Registra-se também as presenças dos Conselheiros Suplentes em substituição aos Titulares: 12. Juarez Reis Rosa de Souza – Representante da Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas/ECONOMIA-GO (SEFAZ-GO); 13. Márcia Serrano – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – ADFEGO. Estando ausentes 8 (oito) conselheiros titulares. Registra-se também a Presença dos Suplentes e convidados: Cairo José Guimarães – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB/GO; Maria Goreti da Silva Rodrigues – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG; Carlos Henrique de Sousa França – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG; Pedro Albuquerque Maranhão – Auditor de Controle Externo do MPC/TCM-GO; Dra Luciana Prudente de Carvalho Vieira – Presidente da COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CDPCD) da OAB-GO; Camila Mariana Ferreira Alves, – Representando a Gerencia de Inclusão da SEDS; A reunião contou com as Intérpretes de LIBRAS: Bianca Rabelo Nunes e Helena Vitória Sene dos Santos – SEDS. II. Comunicação da Presidência. Audier iniciou agradecendo as Presenças dos conselheiros(as) e convidados(as). Audier pede ao servidor Maurício que faça a leitura da pauta, e pede ao plenário a autorização para acrescentar a pauta, após a fala da Doutora Luciana, que o Sr. Pedro Maranhão fale sobre os encontros

regionais feitos pelo TCM, que começam no dia 05 de junho e vão até o dia 3 de julho de 2025, sendo autorizado pelo plenário; Audier informa que o conselho assinou um convênio em 2023 com o Tribunal de Contas dos Municípios e essa parceria tem dado super certo, inclusive dela nasceu também uma conversa com o ministério público estadual e tem sido desenvolvido em um trabalho bem robusto para a criação e reativação de conselhos municipais no interior do Estado de Goiás; Ato contínuo, o presidente Audier, passa palavra para o representante da Associação dos Surdos de Goiânia, o Sr. Dionízio Leite, que agradece pela oportunidade e parabeniza o CEDD/GO pelas reuniões itinerantes do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência. Agradecemos a oportunidade de participar dessas reuniões e contribuir para a discussão sobre acessibilidade e inclusão; Dionizio cumprimenta a todos e deseja as boas vindas, fala que está muito feliz por receber a reunião na associação; relata sobre os ambientes e atendimentos da associação e que são utilizados pela comunidade surda; são oferecidos cursos de Libras, eventos culturais, esporte e atendimentos na área de saúde, como consultas, exames, atestados e laudos. Audier pergunta como se dá esse atendimento de audiometria, se é para associado, e se a pessoa passa antes pela avaliação na saúde municipal ou basta chegar na associação para ser atendido? Dionizio informa que primeiramente a pessoa passa pelo médico para pegar o atestado e ser encaminhado para fazer a audiometria para saber a condição de surdo, se é uma surdez profunda, se é moderada etc.; que são feitos os testes da orelhinha, são feitos atendimentos para pegar laudos médicos e que vem especificados o CID, para atestar a condição do surdo, para receber o laudo atestando a perda auditiva e com esse laudo ela pode usar para requerer seus direitos de deficiente auditivo; informa que os médicos são conveniados aos SUS. Dionizio informa que pode ser encaminhado pelas UBS, UPAS, ou ir direto; O Conselheiro Carlos Henrique fala que é muito bom o atendimento, que para os surdos é mais viável ir direto para ser atendido na associação, mas que se for caso de urgência e emergência dependendo do horário precisa procurar o atendimento da rede básica de saúde; Dionizio convida a todos para o evento em comemoração aos 50 anos da Associação, que acontecerá no dia 28 de junho de 2025, a partir das 17 horas. Será apresentado um curta metragem com a história da Associação, depois algumas palestras e um coquetel. O presidente do CEDD/GO agradeceu ao conselheiro Dionizio e também ao Conselheiro Carlos por falarem do trabalho da associação, estendendo também seus agradecimentos as intérpretes de LIBRAS pelos serviços ofertados aos conselheiros(as) com deficiência auditiva, garantindo acessibilidade ao conteúdo desta reunião. Ato contínuo, passa para apreciação da ata da 16ª reunião ordinária ocorrida em 30/04/2025. A ata foi aprovada por unanimidade; O Presidente Audier informa que teve a eleição do CONADE para que fosse Escolhido um representante dos 26 Estados da Federação e do DF como também um representante dos 5006 municípios para que fosse ocupadas respectivamente as vagas do Estado e a vaga municipal dentro do CONADE. Informou que foi eleito para ser representante dos Conselhos Estaduais dentro do CONADE, o Presidente do Conselho Estadual de Santa Catarina Paulo Sérgio Suldóvski e a senhora Priscila Selares para ser a representante dos Conselhos municipais. Informou que o CEDD/GO atuou com o objetivo de fortalecer o Forbrace; que Goiás habilitou apenas dois conselhos municipais e que isso enfraqueceu a representatividade; que entendeu ser importante a composição para aquele momento ao invés de promover a disputa, pois esta poderia levar apenas ao desgaste. Informou então que o CONADE tem a vaga da representação de Santa Catarina como titular e a presidente do conselho de São Paulo como suplente, informa também que Goiás está cotado para ser vice-presidente do fórum brasileiro dos conselhos estaduais, e que provavelmente na primeira quinzena do mês de

julho acontecerá uma reunião no Forbrace, e que o fórum está precisando de fôlego, e que colocou o nome do CEDD/GO a disposição, para que haja esse fôlego novo no fórum brasileiro e o fortalecimento dos conselhos estaduais e dos conselhos municipais. Os conselhos municipais do Estado de Goiás de Cristalina e Silvânia participaram ativamente também da seleção, Audier vê com muita clareza que foi um momento de participação importante nas conversas e nas articulações, e entende que os Conselhos de Goiás saem fortalecidos desse processo. Audier agradece o plenário do CEDD/GO, pela confiança na condução e torce que esteja certo, e que está trabalhando para o engrandecimento de todos; Ato contínuo, Audier franqueou a palavra para a Doutora Luciana Prudente da Comissão da pessoa com Deficiência da OAB, e fala que a entidade tem sido parceira em várias ações desenvolvidas no Conselho, que os conselheiros Rondinério e Cairo, estão sempre presentes. Doutora Luciana agradece o convite, fala que se sente honrada, informa que é mãe de uma adolescente com paralisia cerebral, que foi sua filha que a levou para o Direito da Pessoa com Deficiência; que assumiu a tarefa da comissão como uma tarefa de muita responsabilidade; que a comissão foi criada em 2013, pelo o Dr. Tênio do Prado, teve por presidente o Dr. Hebert Batista, Dr. Diego Magalhães e a Dra. Tatiana Takeda, e agora está a frente da comissão; que é importante divulgar o trabalho da comissão; que busca fazer visitas técnicas, visita o Tribunal de Justiça, solicita ajuda dos advogados com Deficiência, que está sempre verificando a acessibilidade nos sistemas do judiciário; que tenta promover a inclusão fazendo ações de conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência; que a OAB está para o advogado mas também está para sociedade, para as pessoas com deficiência. Percebemos que a sociedade não consegue chegar até a comissão, que esse é um trabalho feito pela comissão desde 2013, que a luta pelo os Direitos da pessoa com deficiência não é fácil que ganha uma e perde duas, Mas graças a Deus nós temos acesso ao conselho e ao Fimtpoder para que possamos estar juntos da comunidade e de quem precisa; Dra. Luciana passa a palavra ao Dr. Cairo que complementa falando que a comissão não para e que está sempre trabalhando pela acessibilidade e inclusão, visitando obras públicas, BRT e terminais; que recentemente acompanhamos a comissão de fiscalização do CEDD/GO, junto com o amigo Pedro Maranhão do TCM, em uma visita no Instituto Florescer, buscando pontuar para a administração pública municipal e estadual aquilo que precisa ser feito em prol da pessoa com deficiência, o direito de ir e vir, acesso a escola, ao professor de apoio, profissional de apoio, uma série de outras ações. Que foi lançado em 2015 o setembro verde, com o objetivo de dar visibilidade ao dia 21 de setembro, dia da luta da pessoa com deficiência e é também o dia da árvore, enfim, a comissão vem realizando várias atividades. A presidente da comissão fala que está sempre atento aos projetos de lei que fere o direito da pessoa com deficiência; que procura vereador ou deputado para discutir o projeto para ajustar o texto; As pessoas com deficiência precisam saber que podem ter acesso a comissão, através de processo de denúncias e que ela está aberta a receber as necessidades específicas individual de cada um e que a comissão responde dando andamento; Dra Luciana fala que espera receber a reunião itinerante do conselho na OAB, no mês de agosto; O presidente abre para perguntas: o Conselheiro Carlos Henrique representante da ASG, fala que é muito importante o trabalho da comissão, mas ainda falta acessibilidade na justiça, nas polícias, aos processos. Relata que ele informou em um processo judicial que necessitava de intérprete de Libras nas audiências, e das três audiências que compareceu nenhuma foi atendida a solicitação de intérprete e que na última o juiz pediu para chamar a sua mãe para intermediar a comunicação. Carlos fala que muitas vezes existem acessibilidade para o deficiente visual, para o usuário de cadeira de rodas mas não para o surdo. Que eles

também precisam se comunicar e que é preciso ter dignidade para todos. A conselheira Berlânia complementa falando que sempre é preciso levar alguém da família para haver comunicação, seja na saúde, na Justiça, nos órgãos públicos, até mesmo para fazer uma ligação é impossível visto que quem está do outro lado não vai saber se comunicar com o surdo; que é preciso ter profissionais intérpretes de libras para nos atender e garantir a nossa autonomia quando estivermos sós; que é necessário ter central de Libras que atenda 24 horas. Audier pergunta a Dra. Luciana, se a OAB, tem Intérpretes de Libras? Dra. Luciana fala que a OAB só dispõe de Intérpretes de Libras apenas para as sessões da Comissão e que acaba de ser informada pelo Dr. Rondinílio, que a prefeitura não dispõem mais dos profissionais que atendia, que agora só com agendamento; pede que a ASG e a associação das mulheres surdas oficie a comissão via site, para assim ser aberto procedimento para dar andamento, seja na justiça Estadual seja na justiça Federal; A conselheira Elisabeth pede orientação de como as entidades devem orientar os associados nos casos, exemplo: recebemos denúncias falando que não está sendo respeitado a determinação de uma portaria que determina o número mínimo de bolsas de ostomia, é de 10 a 30, com o parecer de um profissional, e estamos recebendo denúncias que tem prefeituras entregando somente (quatro), bolsas; Dra. Luciana informa que tem vários municípios com o mesmo problema, que a orientação é a mesma através de ofício para comissão e ainda aconselha também oficializar a Defensoria Pública, o Ministério Público, porque esses são casos de urgência. O Conselheiro Dionizio fala que aconteceu hoje pela manhã no centro administrativo, no serviço disponibilizado ao atendimento ao público. Disse que não havia intérprete de Libras e que as pessoas só falavam com ele em português. Audier pede permissão a Dra. Luciana para fazer uma colocação, que no caso do relato do Dionizio trata-se do poder executivo, e que está presente na reunião a Camila que está representando a Gerência de Inclusão da SEDS, e pode falar se for o caso, sobre a central de Libras que está em funcionamento dentro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, ou se ela preferir, pautamos novamente esse assunto em outra reunião para que a Gerência fale, mas que o objetivo da criação dessa central inclusiva é para resolver ou para minimizar esse problema dentro do Poder Executivo fazendo o atendimento ao governo; Dra Luciana pergunta se a central do corpo de bombeiro está funcionando se está dando certo, Audier responde que sim, que foi uma demanda trazida pelos surdos para o conselho, foi trabalhado junto com o corpo de bombeiro e está em funcionamento. O presidente passa a palavra ao conselheiro Dr. Aldenor, representante do seguimento dos deficientes visuais que cumprimenta a todos e fala que está muito feliz por estar na ASG, que vai focar no assunto e fala que a percepção do poder judiciário, em toda as áreas do desenvolvimento humanos só acontecem mediante uma ação bastante proativa dos próprios usuários. Que é necessário que os advogados que estão assessorando os surdos atuem com veemência no sentido da garantia da acessibilidade, sob pena de ter de requerer a suspensão do processo, ou o adiamento da audiência. Que a partir do momento que isso começar a ocorrer no ambiente forense a atitude começa a mudar. Ele fala que foi dessa forma no início do Pro-Jude. Que as pessoas com deficiência tinham dificuldades imensas de atuar no processo digital, que colegas advogados requeriam o adiamento da audiência porque não tinha acesso ao processo, requeriam a dilação do prazo porque não conseguia protocolar. Que esta atitude incomoda e eles buscam um meio de solucionar os problemas. Se a gente continuar passivo as coisas infelizmente não acontecem. Informou que por muito tempo o conselho realizava as reuniões sem a presença de intérpretes de Libras e quando resolvemos que era um desrespeito com a dignidade a pessoa surda, nós decidimos que não haveria reunião se não houvesse a presença de um intérprete de Libras.

Assim passamos ter obrigatoriamente os intérpretes nas reuniões do CEDD/GO; Acredita que esse precedente sirva para orientar os colegas das associações dos surdos; Dra Luciana fala que o Dr. Rafael é bastante solícito em relação a notificar; a questão é que precisa partir da Associação dos Surdos fazer a solicitação chegar até a comissão para ser dado o encaminhamento. Conselheiro Aldenor sugere que como essa é uma reunião deliberativa do conselho e essa demanda surgiu, starte esse processo junto a OAB, considerando que a reunião está acontecendo dentro da Associação dos Surdos, e é uma demanda que já existe e foi trazida. Cabe ao Conselho oficial a Comissão da OAB, iniciar o processo e protocolar; O Dr. Cairo informa que no Tribunal de Justiça tem uma comissão de acessibilidade e acredita que se for o caso que o advogado que representa o Carlos e demais procure essa comissão com antecedência para solicitar a presença de um profissional Intérprete de Libras nas datas das audiências, além de peticionar nos autos; Presidente Audier fala que aceita a sugestão, vai trabalhar nesse ofício, até porque passou por algumas dificuldades quanto acadêmico estudante do curso de Direito com deficiência dentro do Fórum e dentro do tribunal de Justiça, para assistir audiências e colher assinatura de Juiz de Desembargador. Audier pergunta se a comissão da OAB recebeu a provocação de uma cidadã em relação a banheiros e local acessível dentro do parque de exposição agropecuária de Goiânia, Dra. Luciana informa que receberam e que foi dado encaminhamento. Informa que foram várias reclamações de pessoas com Deficiência, que oficiou a defensoria pública e eles entraram com uma ação judicial; Audier fala que o conselho recebe várias denúncias individuais e que as pessoas querem que o conselho resolva e até que pare o evento. Mas, o conselho não tem poder de polícia. A visitante Camila, representante da gerência de inclusão da SEDS, pergunta para Dra. Luciana sobre os Direitos dos servidores PCD, que tem questões que incomodam no direito do servidor PCD, primeiro em um caso específico, a pessoa passou no concurso como PCD, entrou com redução de carga horária e foi negado. Outro caso é o de uma pessoa que é concursada a muito tempo e só agora tem o laudo de Altista. Esta pessoa entrou com o laudo na junta médica e eles questionaram porque ela não apresentou o laudo quando fez o concurso? Outro caso a pessoa é PCD, fez o concurso mas não tinha numero suficiente de vagas para ter cotas, e ela passou nas vagas gerais, quando foi passar pela junta médica para tomar posse ela apresentou o laudo e eles falaram que ela não é deficiente. Dra. Luciana fala que esses casos devem tentar ser resolvidos primeiro administrativamente e se não resolver procurar a justiça. A conselheira Lurdes informa que teve a conferência da pessoa idosa na cidade de Goiás, e o assunto mais falado na conferência foi acessibilidade, porque a cidade não tem acessibilidade nas calçadas, nas ruas, os idosos não conseguem andar pela cidade; que é impossível o usuário de cadeira de roda locomover na cidade, e pra piorar, quando tem festas fecham as ruas. Que essa demanda foi enviada para a União por tratar-se de uma cidade histórica, pedimos financiamento para consertar as ruas, que a população é de 70% de idosos e precisam de acessibilidade e mobilidade nas ruas da cidade de Goiás; Dra. Luciana fala que gosta muito de Goiás que visita muito as cidades históricas, e que teve uma discussão com uma Doutora da UNB, sobre obras publicas antigas, porque muita gente dentro do IPHAN, consideram que não há forma de fazer mudanças, sem mexer na fachada do local, e como normalmente esse imóvel é tombado eles não acham forma de fazer a acessibilidade sem mudar a estrutura e a fachada porque não é permitido. Audier agradece a Dra Luciana pela fala e diz que o conselho é parceiro, que conta com a comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB, para continuar apoiando e assessorando nas atividades do Conselho e que em agosto estaremos realizando a 19ª reunião ordinária na OAB; Eliezer sugere convidar para a reunião na OAB os

representantes do MP, da defensoria pública, do Tribunal, do IPHAN, para colocarmos essas questões de acessibilidade. Audier informa que o Ministério Público está trabalhando para a reativação da central municipal de Libras, que está bem encaminhado e que em breve teremos boas notícias; Ato contínuo, Presidente passa a palavra para o Senhor Pedro Maranhão, representante do TCM, para falar dos encontros regionais que serão realizados pelo Tribunal. Pedro informa que existe um grupo discutindo o trabalho de criação e recomposição de conselhos municipais dos Direitos da pessoa com Deficiência, que este trabalho é coordenado pelo Ministério público do Estado representando conselhos, CMDPD; que o TCM realiza todos os anos 7 eventos nas sete regionais do Estado de Goiás, para ter contato com os novos prefeitos e seus secretariados, e que no anos seguintes repete os eventos, porem em municípios diferentes, abordando temas diferentes. Que nesse ano nos encontros regionais do TCM, a fala é sobre o projeto Mais Inclusão. Os encontros terão início no dia 05 de junho no município de Alto Paraíso de Goiás, e toda semana vai ter um evento em local diferente, terminando em Goiânia no mês de agosto. Audier informa que foi republicado o Edital do processo eleitoral para compor o conselho municipal de Goiânia e que as entidades tem do dia 28 de maio ao dia 13 de junho de 2025 para se habilitar a participar do processo eleitoral; O presidente Audier faz o convite para que todos participem dos encontros do TCM, e agradece ao Sr. Pedro, e fala que estará presente nos encontros; Ato contínuo, Expediente e comunicação dos presentes: Presidente Audier, passa a palavra a Conselheira Titular, representante da política do Meio Ambiente SEMAD, a senhora Camila. A conselheira informa que está tudo caminhando para realização da 18ª reunião ordinária do CEDD/GO, na SEMAD, que estão mobilizados para que a reunião aconteça no Parque Estadual Telma Ortegá – PETO, em Abadia de Goiás, para que possamos sair desse ambiente de salas e vá para um ambiente aberto, que está tentando disponibilizar uma van de 15 lugares para ajudar no transporte, que a SEMAD, está muito empolgada para receber o conselho e aguarda a presença de todos. O Presidente comunica que a próxima reunião ordinária acontecerá no horário das 9 (nove) horas e que não haverá link para participação online devido estar em uma ambiente aberto e não podemos contar com internet; que vai tentar garantir o transporte, que será avisado no grupo oficial do conselho sobre a reunião; que o objetivo é ter a possibilidade de conhecermos os parques, visitar um pouco das estruturas da SEMAD, discutir a presença da pessoa com deficiência nesses lugares, e entender um pouco mais do trabalho que a secretaria desenvolve, que tem uma pegada de sustentabilidade, e também é um dos objetivos das reuniões itinerantes; Dr. Rodinéio faz uma observação, que quando os direitos garantidos em lei não estiverem sendo cumpridos na área privada ou na pública, a provocação é a mesma, deve recorrer e provocar a OAB, Defensoria Pública e Ministério público. A conselheira Elizabeth Mendes, levanta a demanda de que o CRER, não está mais entregando cadeiras de rodas. O conselheiro Eliezer fala que essa informação será averiguada e dará o retorno na próxima reunião; O Conselheiro Aldenor agradece e parabeniza as ações do Conselho e do TCM, e que fica muito feliz por ver as ações sendo materializadas e que acredita muito nessas ações; que vê o Ministério Público de Conta com ação muito importante neste aspecto, pois é este órgão quem avalia contas dos gestores Público e se a pauta de inclusão é prevista e for objeto de apreciação do MP, ela certamente vai ser mudada. Encerramento: presidente Audier, finaliza agradecendo a diretoria da Associação dos Surdos de Goiânia/ASG, pela acolhida, a participação dos membros do CEDD/GO e das intérpretes de Libras. A reunião foi encerrada às 16h e 10 minutos. Eu, Jesuíta Socorro Silva, servidora do CEDD/GO, lavrei a presente ata desta

reunião, que após lida e aprovada será assinada por mim, por um conselheiro e pelo Presidente do CEDD/GO. Goiânia, 28 de maio de 2025.

Jesuíta Socorro Silva
Servidora do CEDD/GO

Audier Silva Gomes
Presidente do CEDD/GO

Conselheiro do CEDD/GO